

Viração, alienação e as brechas para uma nova gramática do espaço urbano

Hustling, alienation, and openings for a new grammar of urban space

ELISA NACUR

EDSON AGOSTINHO MACIEL

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura crítica das transformações da democracia contemporânea a partir da centralidade das periferias urbanas como territórios de invenção e conflito. Pelo estado atual de crise do capitalismo contemporâneo, reflexões sobre os temas da alienação, da “financeirização” e da “desdemocratização” — tendo por base o conceito de viração (como prática de sobrevivência e resistência em contextos de abandono estrutural) — constituem-se como eixos aqui explorados. Considerou-se como orientação à estrutura metodológica a contribuição das teses de Henri Lefebvre (2001; 2019), Karl Polanyi (2000), Paulo Freire (2023) e Rodrigo Nunes (2023). Esta estrutura nos serviu à defesa hipotética de que o espaço urbano das periferias, historicamente atravessado por desigualdades e mercantilizações, constitui-se como terreno fértil para o surgimento de novas formas de organização política. Sendo assim, na interseção entre práxis educativa e práxis espacial — como potencial a ser explorado na formação/organização das cidades — indicamos caminhos para uma nova gramática urbana do comum, forjada nas brechas do neoliberalismo.

Palavras-chave: periferia; democracia; viração; alienação; espaço urbano; revolução.

ABSTRACT

This article proposes a critical reading of the transformations of contemporary democracy based on the centrality of urban peripheries as territories of invention and conflict. Given the current state of crisis in contemporary capitalism, reflections on alienation, “financialization” and “de-democratization” — grounded in the concept of *viração* (understood as a practice of survival and resistance in contexts of structural neglect) — constitute the axes explored here. The methodological framework draws on the contributions of Henri Lefebvre (2001; 2019), Karl Polanyi (2000), Paulo Freire (2023) and Rodrigo Nunes (2023). This structure supports our hypothetical argument that the urban space of the peripheries, historically shaped by inequalities and commodification, constitutes fertile ground for the emergence of new forms of political organization. Thus, at the intersection between educational praxis and spatial praxis — as a potential to be explored in the shaping/organization of cities — we point to pathways for a new urban grammar of the commons, forged in the cracks of neoliberalism.

Key words: periphery; democracy; *viração*; alienation; urban space; revolution.

INTRODUÇÃO

Nas encruzilhadas do século XXI, a democracia vem amargando um esvaziamento estrutural que atravessa tanto suas instituições formais quanto as suas bases simbólicas. Em meio ao colapso da sociedade salarial, à erosão da representatividade política e ao embaçamento entre discursos e realidade material, conforma-se um cenário no qual as periferias — enquanto espaços físicos, sociais e políticos — assumem protagonismo vital. Elas assimilam as contradições do capitalismo contemporâneo e dão vida a novas estratégias de resistência política. Olhando para isso, este trabalho pretende analisar os modos de organização social emergentes (como a “viração”, aqui entendida como um conjunto de práticas de sobrevivência e resistência em contextos de abandono estrutural) que estão sendo forjados sob formas espaciais urbanas e periféricas.

Os próprios sentidos de uma emancipação demandam uma análise atual quando não se tem mais presentes determinados elementos formadores da sociedade de classes existentes num momento histórico anterior ao nosso. A reconfiguração do trabalho, o avanço da financeirização urbana e a dissolução das mediações clássicas da política exigem um olhar crítico contemporâneo para a questão urbana e para a reprodução social. Estas, na terceira década do séc. XXI, não podem se ancorar em bases que já não existem. O movimento sindicalista e as organizações classistas não conseguem ter a mesma força que já tiveram antes. Os novos sentidos, presentes nas improvisações múltiplas e variadas que existem nos territórios periféricos, são sintomas de um conjunto cada vez maior de trabalhadores sem trabalho (Canetti, 2024). É isso que este artigo pretende investigar.

Para tanto, utilizou-se uma leitura crítica das formas de dominação atuais, mas também de suas possíveis brechas. Partimos do conceito de “viração”, termo que designa a “inventividade” cotidiana das classes subalternizadas em contextos de abandono estrutural (Canettieri, 2024), e atravessamos debates sobre a alienação, a reestruturação do território e a crise do liberalismo ocidental para analisar como, nas bases de nossa crise social e democrática, a periferia se reproduz e, ao mesmo tempo, cria modos alternativos de sociabilidade. Destarte, em um mundo onde a empregabilidade é peremptoriamente escassa e, supostamente, a sociedade não é mais regulada pelo horizonte de expectativas de inclusão no mercado de trabalho, o que podem ser as novas formas de resistência à exploração capitalista? O que querem os trabalhadores sem trabalho?

As crises do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família (Feltran, 2011, p. 32) são sinais de que a ideia de modernização *ad infinitum* chegou ao fim. Pois, com o fim da categoria do trabalho assalariado (tal como conhecemos até o início dos anos 1990), nasceram novas realidades, moldadas pela ausência do salário. Essas realidades precárias alinham-se a uma série de aspectos do cotidiano periférico, apesar de a precariedade do trabalho não ser uma exclusividade desses territórios. No entanto, é na periferia, como o lugar da reserva de mão de obra barata, que os métodos alternativos de subsistência efluem. E a razão disso é a necessidade de arranjar formas variadas de completar a renda do mês.

Sendo os “viradores” pessoas que aspiram a oportunidades de geração de renda (ora dentro da formalidade, ora fora dela) em busca do ideal cada vez mais inalcançável de um emprego provedor da vida, essa busca é marcada por uma oscilação acentuada entre a categoria emprego, informalidade, *bicos* e empreendimentos, formando-se, então, um amalgamado indistinguível e não categórico de atividades que, juntas, não conseguem descrever um único profissional (Abílio, 2021, p. 15). Isto pode significar que o capitalismo entrou em uma fase específica, e que os conceitos marxianos de mais valia, valor e mercadoria precisam ser (re)contextualizados, de alguma forma, à escassez de empregos da nossa época.

Importante dizer que a metodologia que orientou nossa argumentação baseia-se numa aquisição teórica que pode ser descrita da seguinte maneira: o eixo dorsal percorrido ordena-se nas acepções de Karl Polanyi (2000) quando da sua constatação de que a sociedade moderna sofre o fenômeno de uma “grande transformação” pelo “desenraizamento” da economia das relações sociais (como elemento pertencente à natureza política destas relações), passando a dominá-las. Sendo assim, para Polanyi, vive-se

— a partir da Idade Moderna — a sociedade “de mercado” e não “no mercado”. Essa definição contribui para a noção de que toda a organização das forças produtivas e das relações de produção se encontra, sumariamente, influenciada pela lógica do modo capitalista de produção. Sendo assim, a contradição (inerente ao capitalismo) entre capital e trabalho faz com que este último se reconfigure paulatinamente, no decorrer da história, até chegar aos termos atuais (inserimos aí o tema da “viração”).

A partir dos princípios de Polanyi e sua contribuição à crítica do mundo do trabalho, recorre-se às teses de Henri Lefebvre (2001; 2019): este último nos instrumentaliza a adquirir uma visão da atuação do capitalismo materializado no espaço. Para Lefebvre a cidade tem potencial indutivo na produção de capital — portanto as organizações (ou a forma) dos espaços urbanos podem ser decisivos na aquisição do valor (como resultado de exploração do trabalho capitalizado).

Nessa perspectiva, compreende-se que o próprio potencial material urbano pode, paradoxalmente, servir para subverter a reprodução do capital em momentos de confronto. Neste momento entende-se que a “tomada” dos meios de produção urbanizados (que as cidades detêm pela sua formatação) pode contribuir à dissolução do sistema de reprodução de capital. Aqui já podemos vislumbrar que o trabalho remodelado (e as tentativas de “viração”) pode se manter sob novas formas urbanas de acomodação deste mesmo trabalho e que essas novas formas, por sua vez, poderão alimentar os processos produtivos exploratórios. No entanto, percebe-se que, da mesma forma e intensidade, podemos adquirir o oposto (ou o revés) e conceber esse processo como fissuras que trazem impedâncias (resistências) aos processos exploratórios do capital, sendo necessárias à sobrevivência. Portanto, a cidade (no estado de periferia do capitalismo) tem o potencial de forjar — no limiar da exploração — novos processos revolucionários.

Como terceiro eixo da nossa base teórica, Rodrigo Nunes (2023) — com sua tese do leninismo difuso — nos indica que há um meio termo a ser perseguido: esta orientação se encontra entre a imposição vertical das instituições, sobre as relações sociais, e as decisões horizontais plenas de participação coletiva. Toda a concepção deste terceiro autor solicitado baseia-se na orientação de novas formas de organização social que atuam na aquisição de novos tempos. Ou seja, nas franjas do capitalismo (des)territorializado, em condições de crise perpétua, as organizações sociais urbanizadas devem seguir a orientação dinâmica entre horizontalismos e verticalismos. Esta “inteligência atenta” entre modos impositivos e participativos — que servem ao mundo do trabalho urbanizado — deve

operar no favorecimento das áreas periféricas quando estas encontram-se organizadas social e politicamente.

Por fim, para se falar do método aqui proposto, acionamos a teoria de Paulo Freire (2023) com sua Pedagogia do Oprimido no sentido de orientar o pensamento à aquisição de processos educativos críticos. Esta orientação assume o viés disruptivo de rompimento ao padrão estabelecido, para que se possibilitem novas formas de organização sociais, que, por sua vez, estarão ensejadas em novas formas de espaços urbanizados. Portanto, a disseminação da teoria de Freire pode acelerar os processos de organização social (e de espaço) aos quais Rodrigo Nunes se refere. Preconiza-se, no olhar às potencialidades das cidades a partir da sua forma e organização, uma pedagogia do espaço (espaço urbano periférico emancipatório) que representa as maneiras intuitivas de organização e defesa dos oprimidos ante os assaltos do capital.

Com o desenvolvimento do método supra-apresentado, buscou-se aqui aventar uma teoria da revolução urbana a partir das bordas: uma revolução periférica, ancorada na experiência concreta dos corpos, na disputa pelo espaço e na invenção de novas formas de organização política. Ao longo da análise, abordaremos como o território se tornou uma das arenas decisivas da luta de classes, sendo atravessado tanto pela financeirização quanto pelas práticas insurgentes de ressignificação. No *hall* dos acontecimentos (em tempos de algoritmos, neoliberalismo difuso e esvaziamento do Estado social) questiona-se: quem representa quem? Onde está a verdade? E, sobretudo, de onde pode brotar o comum?

O compromisso com os temas aqui dispostos organiza-se nas seções que seguem. No primeiro capítulo, abordaremos como a internet, as redes sociais e a ausência de coesão na luta de classes contemporânea facilitam que a ideologia burguesa encubra a realidade com discursos cada vez mais sofisticados. Tais discursos ao mesmo tempo confundem e arregimentam entusiastas que buscam, nos seus oradores, um sentido para uma vida sem sentido. Aqui se tentou questionar como a classe trabalhadora pode se articular em prol dos seus interesses mesmo estando em uma sociedade em que a democracia está cada vez mais fragilizada — encoberta pelo cinismo e por um poder que soube rir de si mesmo (Safatle, 2021) contando inverdades na forma leviana de uma piada, mas que no fim, conquista a simpatia de muitos trabalhadores precarizados.

Na segunda seção temos um breve encontro com as teorias de Karl Polanyi e Rodrigo Nunes no sentido de apresentar as organizações da sociedade a partir da inserção do mercado, orientado pelo capitalismo, e as novas possibilidades recentes de um mundo periférico. Na terceira seção apresentamos a ideia de revolução (pelos processos

possíveis de organização/formação da sociedade) a partir da dicotomia das formas de representação do espaço urbano e a sua tomada proletária (a dos meios de produção), como que por influência do mundo concreto sobre os indivíduos. Na seção posterior, temos um breve debate sobre o tema do território em crise e os processos de financeirização contemporâneos — esta exposição demonstra novas relações sociais com o seu espaço a partir da dinâmica recente do capitalismo.

No quinto capítulo abordamos o tema da revolução social (como possíveis novas formas de organização) minada pelos processos de alienação que assolam o proletariado periferizado nas cidades capitalistas. Por fim, na última sessão de conteúdo, aventou-se uma perspectiva revolucionária como potencial do mundo periferizado e suas realidades de constituição ante os assaltos do capitalismo contemporâneo e as novas formas de organização sociais e de espaço.

I. DEMOCRACIA FRAGMENTADA: QUANDO NINGUÉM REPRESENTA E NADA É VERDADE

A ausência da sociedade salarial tem criado formas inusuais de sobrevivência nos territórios periféricos. Diante de um mundo antigo que erode e cinde seu chão para o nascimento de um outro, determinado por tecnologias autônomas, a capacidade de se reinventar para poder sobreviver é a nova forma de adaptação humana. Essa capacidade é o que Canetti (2024, p. 45) chama de “viração”.

O cotidiano da periferia passa, então, a ser o *bico, trampo, correria, lutando para sobreviver, batalhando graças a Deus*. Essa realidade, definida por Gago (2018) como “pragmática vitalista”, caracteriza a reprodução social contemporânea, em que instituições tradicionais da sociedade moderna, como o Estado, a Igreja, a assistência social, o sindicato, não exercem mais o papel que tinham na política do século XX. Isso nos leva a considerar uma forma de democracia diferente das que conhecemos no passado. Essa democracia se mantém por meio de uma estrutura social complexa, na qual a narrativa e a capacidade de mobilizar o apoio das massas têm mais influência do que as condições materiais concretas, como o preço dos alimentos, o custo de vida e as oportunidades de mobilidade social. Temos aqui, portanto, um novo estágio de desenvolvimento da ideologia burguesa.

Segundo Marilena Chauí (1980), a ideologia é um conjunto de recursos empregados pelas classes dominantes para encobrir a realidade. Se o uso da internet e da inteligência artificial potencializam esse disfarce, mais difícil se torna conceber um levante organizado

contra as novas formas de exploração capitalista. Não é incomum ouvir de eleitores periféricos discursos políticos que contradizem a sua classe social e se alinham à direita e, logo, aos seus interesses privatistas de lucro capitalista. Esse fenômeno, diretamente relacionado à ascensão da internet e à utilização das redes sociais como *locus* de sociabilidade e da arena política, impõe desafios atuais para a defesa da democracia. Sendo o Instagram, a rede X, o Tik Tok e o YouTube as ágoras do século XXI, quem são, então, os filósofos e os discípulos da nossa sociedade?

Esse questionamento é importante porque, se a realidade material já não atua como eixo predominante na conformação das inclinações políticas da classe trabalhadora, como será possível construir formas de unificação e arquitetar estratégias coletivas contra a exploração? Em “Realismo Capitalista”, Fisher (2000, p. 107) conta como as empresas conseguem escapar à culpabilização de catástrofes ambientais que elas mesmo provocam, enquanto o governo é facilmente culpabilizado por isso. Nas suas palavras, o Estado está ali para ser culpado precisamente por seu fracasso em agir enquanto um poder centralizador, da mesma forma que Deus deveria agir.

No Brasil, a alta no preço dos alimentos, por exemplo, que acontece porque o agronegócio prioriza a exportação de *commodities* para o comércio internacional, não é vista pela população da forma que poderia ensejar uma mudança estrutural neste cenário. Paralelamente à alta do preço dos alimentos, parlamentares alinhados aos discursos da direita e extrema direita polemizam este fato como se o governo Lula fosse o único responsável¹, despistando os laços políticos e econômicos rentáveis que estabelecem com

¹ Vejam-se, por exemplo, as críticas que o governo recebeu no terceiro ano de seu mandato em razão da inflação dos alimentos e da isenção concedida a determinados produtos importados (Gazeta do Povo. *Acuado pela inflação de alimentos e distante do campo, Lula acumula barbeiragens na lida com o agro*. Curitiba, 27 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/acuado-pela-inflacao-de-alimentos-e-distante-do-campo-lula-acumula-barbeiragens-na-lida-com-o-agro/>. Acesso em: 04 ago. 2025). Embora tenha sido amplamente criticado pelo agronegócio e acusado de agir de forma irresponsável, em meados de agosto de 2025 o governo foi levado a negociar com a bancada do setor ao sancionar, com ressalvas, o chamado “PL da Devastação”, que previa, entre outras mudanças, a dispensa de licenciamento ambiental para determinadas atividades empresariais de alto impacto ambiental (Camargos, Daniel. *PL da Devastação: Lula freou parte da boiada, mas deixou a porteira entreaberta*. CartaCapital, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/pl-da-devastacao-lula-freou-parte-da-boiada-mas-deixou-a-porteira-entreaberta/>. Acesso em: 04 ago. 2025). Essa conjuntura se relaciona com a impopularidade do mandatário nos anos anteriores, quando era apontado como principal responsável pela alta dos alimentos — narrativa amplamente fomentada pela ala parlamentar de direita, a qual, paradoxalmente, é pouco identificada pela população como corresponsável pelo avanço do desmatamento e, consequentemente, por uma política predatória que privilegia a exportação de *commodities* em detrimento do consumo nacional e de modelos produtivos ambientalmente sustentáveis.

esses setores da economia nacional. Enquanto isso, pautam projetos legislativos imensamente perigosos para a salvaguarda ambiental.

Cenários como esse explicitam como crises que abalam o local e o território são escamoteadas pelo mercado como resultado de apenas uma “má gestão”. Essa narrativa da “má gestão” cumpre papel ideológico fundamental: ela personaliza a crise, individualiza o fracasso e retira de cena os verdadeiros motores estruturais da desigualdade. O que se observa, então, é um deslocamento da crítica: ela deixa de ser sistêmica para se tornar moral. A falência do sistema econômico, político e ecológico é transmutada em culpa individual — de governantes específicos, de políticas pontuais, de pessoas “preguiçosas” ou “corruptas”. Esse deslocamento favorece o neoliberalismo, que se perpetua justamente ao transformar toda disputa coletiva em dilema pessoal.

É nesse vácuo de responsabilidade coletiva que se instala a nova racionalidade política. A lógica do empreendedorismo de si, como nos advertem Dardot e Laval (2016), impõe à população periférica a crença de que o sucesso ou o fracasso são frutos de mérito individual, não de desigualdades estruturais. Isso cria uma subjetividade marcada pela autovigilância, pela hiperprodutividade e pela naturalização da precariedade.

Nesse cenário, a “viração”, longe de ser apenas uma tática de sobrevivência, torna-se também uma forma de resistência criativa, ainda que, em alguns momentos, esse movimento também possa ser capturado pelos discursos meritocráticos nos quais a capacidade de se reinventar em cenários hostis seja associada ao mérito individual e não às formas de resistência coletivas. Nesse sentido, se, por um lado, a “viração” pode revelar a inventividade política de sujeitos periféricos, por outro também pode ser apropriada pelo discurso meritocrático, servindo à própria lógica que os oprime. As nuances possíveis entre sobrevivência e dominação se desenrolam em um cenário com sentidos políticos ambivalentes.

Por isso, o desafio contemporâneo não é apenas retomar o debate sobre os direitos sociais e a justiça distributiva, mas reinventar os meios pelos quais esse debate se inscreve na vida cotidiana das pessoas. A política não pode mais estar restrita ao Congresso ou ao gabinete; ela precisa circular nas redes, nas estéticas periféricas, nos fluxos da cultura pop, nos vídeos curtos e nas hashtags virais. Como aponta Suely Rolnik (2006), a micropolítica das sensações, dos afetos e das narrativas pode ser mais potente do que as estruturas rígidas da macropolítica.

Como reencantar a política num tempo em que a esperança foi capturada pelo algoritmo? Como disputar o imaginário social, o desejo e os afetos sem cair no moralismo ou na tecnocracia? Talvez a resposta esteja não em um novo programa de governo, mas em uma nova “gramática do comum”, que seja capaz de reaproximar os corpos, as vozes e as lutas — a partir das ruas, das favelas, dos quilombos, dos terreiros, dos aplicativos, dos becos e vielas, dos podcasts e das danças virais.

II. PERIFERIA, CRISE DO MUNDO LIBERAL E NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

As crises que fomentam o estado de periferização do mundo podem ser tão severas que acabam por fragilizar a regulamentação do mundo liberal de mercado. Desta forma, abre-se espaço para governos de extrema direita, por estes entenderem que suas dominâncias autoritárias e monopólicas podem estar ameaçadas. A perpetuação das benesses daquele 1% da população mundial que emite a mesma quantidade de carbono que os 2/3 mais pobres da humanidade (Oxfam, 2023) não pode estar ameaçada.

Michele Cangiani (2011) desenvolve uma análise sobre as ideias de Karl Polanyi, e sua crítica sobre a sociedade capitalista, a partir do que o autor chama de crise do capitalismo liberal. Na obra “A grande transformação: as origens da nossa época”, nosso autor retrata o fim do capitalismo “oitocentista” ou “vitoriano” a partir das últimas décadas do séc. XIX até a Primeira Guerra Mundial. Esse evento revelou a deterioração das ideias de um Estado liberal que tinha sua base de atuação calcada num mercado autorregulador. O fim dessa instituição ideal de sociedade comprova — segundo Polanyi — que o mundo liberal “não dá conta” de conter as contradições do capitalismo e acaba produzindo (como fato histórico) um cenário fascista e/ou de guerras. O autor orienta seu pensamento para a o ideal democrático como forma de controlar os processos sociais. Assim, as tendências ideológicas da economia neoclássica e, mais recentemente, o neoliberalismo não solucionam — pelo viés exclusivo do mercado — os problemas da vida em sociedade.

A crise do arranjo institucional do capitalismo liberal pôde se revelar em momentos da história onde as noções de equilíbrio do mercado tornaram-se assimétricas. Após a Segunda Guerra Mundial, os limites da democracia, impostos pelo desenraizamento da economia e por influência desta sobre a política na formação da sociedade, revelaram-se em contextos não liberais. O corporativismo autoritário neoliberal pôs em xeque os aspectos do pluralismo, do cooperativismo e do bem-estar social. Há, segundo Polanyi, um novo

“arranjo institucional” que prevê um exercício máximo do mercado amplamente difundido em detrimento das instituições democráticas (minando-as). Assim, a democracia encontra-se limitada ante uma economia desenraizada.

Michele Cangiani destaca, ainda, que o caráter de ruptura com o estado de enraizamento da economia pela moderna sociedade de mercado despertou em Polanyi, considerando a limitação democrática dos mecanismos de mercado, uma possibilidade de “reenraizamento”. Desta forma, haveria um retorno do controle de tal economia pela sociedade num contexto novo, principalmente por meio de instituições políticas que permitam a liberdade democrática dos indivíduos. O autor vislumbra uma possibilidade de implantação de um planejamento participativo, mas se constata que não há a possibilidade de controle da economia (por parte da sociedade) mantendo-se o universo organizacional capitalista de mercado.

Considerando a reprodução do capitalismo contemporâneo em nações periféricas pelo mundo, onde a atuação do neoliberalismo nos últimos 50 anos fez nascer novas formas de relações políticas (calcadas na superação da crise do capital, por imposição dos interesses do mercado), a reinterpretação histórica do papel do Estado mais uma vez se apresenta. Nesta linha, em contraposição ao *welfare state* keynesiano, temos o Estado de bem-estar social erodido

As condições de reprodução do trabalho nos últimos anos vêm sofrendo as agruras do ciclo de crise do capital — que quer a todo o custo dispensar força de trabalho (na intenção de adquirir lucro). Descreveremos as características que promovem a formação de uma massa de desempregados, ou sem trabalho, que irá fazer parte do contingente “periferizado” do mundo capitalista contemporâneo, mas é interessante expor neste momento as formas que a sociedade pode assumir a partir do cenário atual das relações políticas setoriais, na qual as frações do capital se encontram em estado de crise. Falamos, portanto, dos arranjos que as organizações políticas da sociedade podem esboçar a partir do cenário devastador criado pelas relações de mercado. Arranjos que, cedo ou tarde, acabam repercutindo em toda a ecologia social.

Pelos sintomas que passamos nas últimas décadas, considerando os grandes avanços da tecnologia na área da produção e da informação, os setores fabris de aquisição e logística da indústria vêm se aprimorando a cada dia, rumo a uma “inteligência” de oferta quase que absoluta. Isto sem falar no parque produtivo onde a robótica e a automação se tornaram regras. A inserção no mercado de trabalho sob estas condições se revela um

verdadeiro desafio.

Pelas atribuições atuais, o Estado — que aparece como coadjuvante, mas que atua fortemente na sua própria dissolução (enquanto provedor de direitos à classe trabalhadora) — trabalha na manutenção do cenário positivo para o alargamento das benesses do mercado. As crises do capitalismo, longe de fragilizarem o sistema financeiro, garantiram aos bancos lucros inéditos, sustentados por taxas de juros elevadas que atravessam continentes. Assim, políticas agressivas à classe operária, na erosão dos seus direitos, são o diapasão do Estado contemporâneo. Neste sentido, observamos a imposição cada vez mais verticalizada da atuação das organizações políticas (sobretudo, pertencentes ao Estado) no mundo.

O espaço relacional colaborativo e democrático perde força nos últimos anos por imposição das frações irmanadas ao mercado através da exacerbação dos monopólios de exceção, da instituição de impérios e das oligarquias de poder. No limiar das relações, principalmente na periferia do capitalismo, a ditadura do mercado pode assumir nuances fascistas como forma de impor seus desígnios. Assim, percebe-se um questionamento ao mundo liberal que prima pela preservação das liberdades individuais de expressão e associação; por um sistema judiciário independente; por um julgamento público por júri; e pela abolição dos privilégios aristocráticos.

Para além do paradoxo entre liberdade e exceção, que vivemos desde o século XVIII, imagina-se que a organização da sociedade (enquanto organização política) poderá sofrer flexões que contribuam como resistência aos avanços verticalizados da atuação do Estado. Rodrigo Nunes (2023) desenvolve a ideia do que ele chama de ecologia em forma de rede de relações verticais e horizontais. As formações verticais se encontram centralizadas e herméticas, como o Estado ou os partidos políticos, enquanto as organizações horizontais são descentralizadas, como os movimentos sociais ou as formas orgânicas de organização da Web.

Nunes defende como formato possível de organização política é-aquele que não é absolutamente vertical nem horizontal: chega-se à ideia de um modelo intermediário (o que o autor chama de distribuído), calcado numa reprodução dialética de atuação. A partir da década de 1990 se experimentaram no mundo certos modos autorregulados de gestão, ou seja, admitiu-se a governança autorregulada que despreza a atuação dos seus agentes. Esse modelo veio favorecer as especulações impositivas das frações do capital no poder. Propõe-se, no modo nem vertical nem horizontal, uma organização coletiva e com representatividade do papel dos agentes: é o que Rodrigo Nunes chama de “leninismo

difuso”. As formas verticais centralizadas impedem a participação democrática dos agentes e podem se implementar através de processos não participativos (ditatoriais; de um único agente organizado; Estado e partidos políticos centralizados). Já os moldes horizontais são descentralizados e admitem uma pluralidade de agentes organizados (no entanto, caracterizados por uma baixa capacidade de ações). A defesa da tese de Nunes é adquirir como organização política revolucionária a forma ideal que está no meio e de caráter difuso, variando, portanto, e dialeticamente, entre as formas verticais e horizontais. Torna-se instigante admitir novas maneiras de organização política difusas no sentido de sua atuação ante um mundo liberal em crise.

III. A REVOLUÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO OU A “DESABSTRAÇÃO” POR IMPOSIÇÃO DOS MEIOS

A ideia de revolução como uma aspiração de algo novo, baseado em relações originais entre a produção e o consumo de recursos que nos são ofertados pela natureza, pode ganhar desenhos instigantes. Na contramão da história, há defesas que podem surtir alternativas às realidades aqui apresentadas, relativas aos modos de produção capitalistas e seus resultados socioespaciais. Na conjuntura de reprodução do capitalismo — que até recentemente se baseava no poder de dominação imperialista americano — há uma impedância que questiona sua hegemonia. Essa hegemonia, que se desenvolve plenamente por força do capital monetário/financeiro, encontra-se fragilizada pelos avanços da China. Hoje a economia chinesa desponta como uma alternativa à dominação americana por basear sua conduta nas relações econômicas produtivas e não, unicamente, sob uma lógica econômico-financeira. O desenvolvimento de sua rota da seda, que se apresenta muito mais como um projeto de integração produtiva e não unicamente financeira, traz a ideia de surtir lastros territoriais e não exclusivamente dependências monetárias. Da mesma forma está comprovado o interesse da China em Taiwan, na sua produção de semicondutores.

O que temos na explanação supracitada é uma variação sobre o mesmo tema, onde as estruturas originais do sistema capitalista podem estar mantidas. No entanto, os modos como seus novos avanços lidam com produção e consumo — plasmados numa perspectiva globalizada — podem estar apoiados em detalhes diferenciais. A “simples” mudança no espectro da dominação, pela produção e não pela rentabilização, já nos induz a novas perspectivas. No entanto, isso não quer dizer que as simetrias de acesso a recursos estejam garantidas — principalmente em se tratando de escalas globais. Neste sentido, há dois

pontos fundamentais que caracterizam o capitalismo enquanto sistema de relação entre pessoas e entre pessoas e o seu espaço: a propriedade privada e o Estado. De forma muito reduzida, o aceite (in)consciente sobre a privação à propriedade de bens, tendo o Estado como garantidor deste princípio, apresenta-se como uma fórmula primária do capitalismo burguês. Falar de revolução neste aspecto é reverter (reinterpretar) esta chave. A ideia de revolução periférica enquanto revolução urbana é uma especulação instrumental sobre a erosão das condicionantes mais primárias do sistema capitalista (Estado e propriedade privada).

Quando Henry Lefebvre propõe sua revolução (enquanto revolução urbana) considera-se que as formas sociais e espaciais — que dialeticamente estruturam as relações entre as pessoas, no seu espaço — sejam revertidas. Essa reversão deve abalar os princípios estruturais do capitalismo na sua essência. Portanto, as fissuras da cidade urbanizada que podem promover a revolução lefebvrea devem reinterpretar as condições da privação da propriedade, representadas pelo parcelamento (divisão) da terra, mas também todas as suas dissidências. Assim, o questionamento de certos traços da sociedade torna-se uma premissa. São eles: (a) a proliferação da ideia de condomínios como hierarquização de classe (grafando o território); (b) a dicotomia entre público e privado (como monopólio da terra e representação material de poder); (c) a idolatria dos símbolos e seus significados urbano-burgueses (como padrão construtivo); e, por fim, (d) a atuação das frações de capital na construção das cidades. Algo que nos é caro se constata na influência vertical do Estado na reprodução das cidades e, de maneira geral, nos espaços de convívio da sociedade moderna. Segundo Bourdieu (2014), o Estado está em todas as coisas, e a doutrina diária (policialesca) exercida verticalmente por este ente contribui fortemente com as formas de alienação do capital que assolam a sociedade moderna. Nesta consideração devem-se prever outras formas de organização política — para além do Leviatã (Mészáros, 2021) — como estrutura e forma alternativas.

A ideia de que a periferização do mundo poderá prover novas formas de organização políticas já é um fato, pois se entendermos que a sobrevivência da população advém de dinâmicas alternativas ao Estado já podemos imaginar essas novas dissidências. A periferia, assim, exerce um papel de tomada (por contaminação, através das fissuras) desse Estado. Pela dinâmica revolucionária, que parte da dissolução daquilo que está estabelecido pelas influências simbólicas e seu poder, um caminho possível é o “ataque” ao estado das coisas através de novas formas (e seus significados).

A construção de um novo indivíduo através da “desabstração”, como fundamento

da obra do educador Paulo Freire, mira-se numa cultura emancipatória sobre uma pedagogia da práxis autêntica. A aquisição de uma sociedade crítica, rumo à transição do seu estado colonial ao reflexivo, revela-se como a desmontagem do estado de objetificação dos sujeitos. Assim, a tragédia do homem moderno e a renúncia a sua capacidade de decidir sobre a imposição do receituário das elites caracterizou a vida em sociedade nos últimos tempos. A proposta de Paulo Freire é a transição do sujeito sectário ao sujeito radical (não como mero expectador, mas, o quanto antes, como sujeito da ação, sendo crítico e colaborativo).

A autodesvalia, a inferioridade, a alienação e a imitação são características da transição de uma sociedade colonizada que deve ser transmutada para um estágio de autoconfiança e autoconhecimento. Portanto, prima-se por uma passagem da postura de objeto para sujeito da ação. Esta transição se dá de uma “sociedade fechada” (no imobilismo) para uma sociedade aberta: a democracia admite essa transição. Assim, a educação pode ser vista como processo de humanização no sentido de desalienação.

Segundo Paulo Freire podemos estar num estágio de consciência transitiva preponderantemente ingênua (considerando países da América Latina, a exemplo do Brasil). A não promoção da atividade crítica e a permanência da atividade ingênua levam à consciência fanatizada (de irracionalidade sectária). A transitividade crítica pela educação dialogal e ativa, voltada à responsabilidade social e política (como matriz verdadeira da democracia), apenas se dará pelo trabalho educativo crítico. Vivemos a massificação da indústria e a consciência transitivo-ingênua distorcendo a consciência transitivo-crítica. Há aqui um perigo de se despertar uma consciência intransitiva.

Os países do Sul global que se caracterizam como colonizados baseiam-se, historicamente, na grande propriedade (da posse) individualizada. As autarquias, fechadas ao diálogo e empenhadas em verticalizar as relações por imposições dos senhores (e seus feudos), encontram-se numa espécie de “mandonismo”. A sobreposição da tese de Paulo Freire à de Lefebvre na construção de uma sociedade crítica e revolucionária passa pelos processos de ressignificação dos seus símbolos. Trata-se das formas em que a educação, por seus signos, e a cidade, por suas gramáticas, se tornam espaços de processos revolucionários do pensamento.

A força do design urbano, a partir da representação dos seus signos de poder, pode desmaterializar as condições de submissão da sociedade pela (in)consciência. A falsa consciência urbana que apresentamos aqui pode ser desconstruída a partir de novas

semânticas urbanas que, por exemplo, questionem a propriedade privada como elemento fundamental de reprodução das cidades capitalistas.

O espaço abstrato analisado por Lefebvre sendo erodido pelo espaço social (onde o valor de uso suplantara o valor de troca) pode ser iniciado pela socialização da propriedade e seu modelo de privação. Lefebvre, como um antiestruturalista, crê que o espaço tem, na sua importância, a relação dialética entre o valor de uso e o valor de troca. Isto pode resultar num espaço social de usos quanto num espaço abstrato de expropriações. Há de se prever a importância do *design* urbano na relação predominante do valor de uso sobre o de troca. Portanto, as barreiras do espaço material das cidades que insistem em reproduzir a hegemonia do espaço abstrato sobre o espaço social — ou seja, o valor de troca sobre o valor de uso — deve ruir. As pistas que reproduzem a abstração do espaço são a alienação, a propriedade privada e o Estado regulador.

Outra alternativa — talvez mais abrangente — à hegemonia do capital é a defesa efetuada por Harvey (2015) da ideia de um “utopismo dialético”. O utopismo dialético se refere a uma forma de conceber novas ideias sem os “engessamentos” que resultam, pelas palavras do autor, da “problemática do fechamento” (isto é, o risco de cristalizar as utopias em modelos fixos). Em vez de um espaço estático e excludente, ou de uma solução que se apresente como emancipatória mas definitiva, o utopismo dialético aposta na abertura contínua de possibilidades. Trata-se de uma fuga do pensamento cristalizado e, ao mesmo tempo, de uma aposta na construção social emancipatória em permanente movimento. Assim, a base de uma conversão efetiva está na pluralidade de alternativas, que só pode ser concebida dentro dessa perspectiva dialética de utopia.

Antes de tudo, o mote deverá ser o trabalho com questões de cunho ético, tanto no sentido político quanto no econômico — devem-se aprimorar as relações interpessoais onde o lucro não seja dominante. É possível que relações de cunho socialistas devam surgir justamente na linha periférica e marginal do mundo, como uma condição de esperança, podendo desconstruir todo o processo edificado no dinheiro e na usura, esculpidos pela história do capitalismo.

IV. A CRISE DO TERRITÓRIO, CONTRADIÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOB PROCESSOS DE FINANCEIRIZAÇÃO

Para se discutir os desafios que envolvem a formação do território, à luz de uma perspectiva de justiça socioambiental, é necessário expor algumas condições do nosso tempo. O marco teórico de referência que define o termo como materialidade dos processos sociais — e enquanto o lugar onde a vida social se expõe a uma tendência uniformizante e normatizada (técnica e política) — ergue-se a partir de uma atuação determinante: a do mercado. Portanto, território e mercado tornam-se conceitos xifópagos (Santos, 2020). Esta interdependência institui uma ideia de ordem, através das determinantes do sistema mercantil territorializado.

Diga-se isso da imposição, das estruturas que determinam as ações individuais e coletivas, estando normatizadas pela técnica e reguladas pela economia. Recentemente, os fenômenos de fragmentação dos processos produtivos, aliados a uma divisão social hiperespecializada do trabalho, promoveram o surgimento de condicionantes ainda mais elaboradas de ordenamento dos processos de acumulação capitalistas. Os eventos das últimas décadas que caracterizaram tais processos, atrelados às determinações sobre o território, promoveram novas tendências estruturais. A realidade multiescalar das práticas econômico-sociais foi determinante para a definição do conceito de escala e para sua circulação em diferentes contextos globais (Swyngedouw, 2018).

A tese dos espaços da globalização (Santos, 2000), como definição de lugares apropriados ao desenvolvimento capitalista recente, considerando um conjunto de possibilidades/oportunidades para potencialização da produtividade, fez com que o território assumisse a mediação do global com o local. Neste sentido, considerando a condição de imposição e influência do território nos comportamentos locais, em face às determinações normativas da globalização, percebe-se o surgimento de fenômenos novos. Tais efeitos podem ser caracterizados como respostas às investidas de natureza universal sobre as individualidades locais, por determinação das estruturas do território.

No entanto, há de se ressaltar que (como num jogo de influências mútuas) o território admite as determinações deste mesmo universo local. Assim, como uma “camada fluida e porosa” que admite influências global-universais, o território acaba por também assumir influências do contexto local. Esta característica torna o termo “território” uma das categorias mais importantes e decisivas no estudo do desenvolvimento humano na história.

Uma questão importante a ser considerada são as investidas do capital sobre as

(re)configurações escalares do território, a partir da ideia de financeirização das cidades pelo mundo. Para tanto, do ponto de vista econômico, algumas nações podem apresentar uma relação matemática entre juros e inflação desproporcional em comparação com outros países do centro do capitalismo. Este “estado da arte” indica que a noção de investimento financeiro, em determinados países, pode gerar lucros promissores. As modalidades destes investimentos na construção de cidades a partir da perspectiva do financiamento — por exemplo: em moradia — acaba sendo estrutural. De maneira geral, a reprodução dos espaços urbanos determinada pela ideia do “rentismo” acaba por caracterizar fenômenos endêmicos injustos.

O acesso à terra urbanizada pelo viés mercadológico fez surgir alguns enclaves que são determinados (no âmbito do território) pela exceção de grupos sociais a determinados lugares de privilégio. No usufruto dos recursos do território, a visão classista, inspirada na divisão social do trabalho em Marx, vai determinar a hierarquia estrutural das cidades. Ou seja, classes específicas irão ter acesso à urbanidade em detrimento das demais. Essa visão encontra respaldo em duas características básicas do processo capitalista de reprodução das cidades: a defesa incontestada do latifúndio (sob processos de acumulação por “patrimonialização” do solo) e a renda da terra (Harvey, 2018).

Defendemos que as investidas do capital globalizado na produção de “cidades mundiais”, como lugares propensos ao investimento financeiro, ratificam e agravam as condicionantes do “rentismo” e da propriedade privada. Por consequência, o acesso horizontal aos recursos naturais do território pela sociedade se torna cada vez mais improvável. Assim, mediante a concentração por monopólio do latifúndio e as variações dos valores da terra promovidos pelos grandes investimentos pontuais na cidade, o exercício do direito à moradia torna-se exíguo.

Outra questão relevante é que as escalas de poder em atuação no território tendem a manter os desequilíbrios sobre as variações dos valores da terra (que engendram maiores especulações de renda aos interessados). O território desigual — como num paradoxo — acaba por desenhar um cenário propenso à reprodução da acumulação capitalista na multiplicação do seu capital fictício. Este caráter revelará arroubos diferenciais de valores da terra topologicamente localizados, em resposta aos investimentos pontuais de concepção das ditas cidades globais e suas externalidades.

As táticas de ampliação/reprodução supracitadas encontram-se descritas num modo muito peculiar de atuação do capitalismo. Refiro-me aqui aos processos de reprodução ampliada do capital, mas se deve considerar uma atuação paralela e decisiva —

destes avanços do capitalismo sobre o território — na agência da acumulação primitiva do capital (Marx, 2017). Esse segundo modo de atuação opera por expropriação, ou seja, pelas usurpações das posses imobiliárias de outrem.

É o capitalismo, através das suas estruturas de influência, apropriando-se compulsoriamente daquilo que é posse de alguém. Não podemos esquecer as expulsões violentas que a população pauperizada no campo sofreu através das mecanizações agrárias, que assolaram o campesinato europeu, nos séculos XVIII e XIX. Tais investidas, além de reduzir os postos de trabalho, os especializaram. O resultado foi que a população fragilizada não encontrou alternativa senão vender a baixíssimo custo as suas propriedades (perda da terra como perda dos meios de produção).

No âmbito urbano, considerando-se o acesso desigual à terra urbanizada e suas nuances de marginalização das populações com maior vulnerabilidade social, a acumulação primitiva do capital por despossessão é fato consumado (Harvey, 2009). A esse respeito, há de se ressaltar os processos fundiários expropriatórios atuantes nas cidades (pela lógica do “rentismo”), que, assim como no genocídio indígena — nas disputas pelas terras originárias como fonte de lucro —, conceberam o histórico de expulsão de pretos e pobres de áreas centrais das cidades latinas como o Brasil (Stabile, 2023).

Pela síntese, os movimentos recentes de (des)territorialização dos processos de produção e acumulação de capital das cidades, concebendo espaços sob a influência de escalas múltiplas de poder, acabaram por intensificar os mecanismos de aquisição do lucro. Parte-se do princípio de que este fenômeno potencializou os ganhos de especulação sob a renda da terra, fazendo com que os quadros de injustiças socioambientais se agravassem ampliando os estados de vulnerabilidade social. Esta vulnerabilidade se converte, em grande medida, em vulnerabilidade ambiental. No contexto das cidades globais, a crise ambiental também atinge magnitude transfronteiriça. As mudanças climáticas e a dominação rentista-patrimonialista nos países do sul global convertem o problema socioambiental nos ciclos de expansão e retração do capital. O velho pacto oligárquico e as várias frações da classe dominante ligadas, sobretudo, aos setores agrário e mercantil fazem da natureza uma mercadoria a ser convertida em valor monetário (através do seu monopólio pelas classes dominantes). No entanto, esse sistema que se orienta pela busca da maior rentabilidade na acumulação de riqueza abstrata conduz à espoliação e à degradação das condições naturais do planeta do qual, paradoxalmente, depende.

Nos países colonizados pelas nações do centro do capitalismo, a exportação do

agrobusiness e a exploração de recursos naturais mantêm-se como um forte sintoma de subalternidade econômica frente às formas mais recentes do capitalismo. Tal condição dá tons específicos à atual crise, que assume um caráter apocalíptico de degradação social e de espaço, sobretudo em lugares banidos do eixo de desenvolvimento capitalista. Na próxima seção iremos lidar com a caracterização da periferia, considerando sua condição de subalternização a partir imposição do liberalismo no mundo.

V. ALIENAÇÃO, PERIFERIA, REVOLUÇÃO E CIDADE

Os processos econômicos que o modo de produção capitalista impôs à sociedade marcaram definitivamente as condições de existência da Idade Moderna. As relações humanas sofreram profundas mudanças a partir da dominância incondicional da forma dinheiro. A crítica proposta por Polanyi, sobre o desenraizamento da economia, apresentou-se bem antes da Segunda Guerra Mundial — tão logo as novas determinações do trabalho assalariado no chão de fábrica se instituíram.

Neste tempo, como já comentamos, a cisão entre os sujeitos da ação e o mundo dos objetos, como relação de causa e efeito, é um fato. A ação prática se desconecta dos seus resultados, e o mundo dominado pelas mercadorias apresenta-se estranho ao sujeito, aprisionando-o. Este sujeito solitário se vê imerso num mundo competitivo, estranhado e dado às frustrações.

O resultado do fracasso do capitalismo liberal em prover condições de equilíbrio socioeconômico à humanidade promoveu o surgimento de um contingente periférico miserável de pessoas, onde as condições de vida são as piores. A sociedade condicionada pela influência que os valores induzidos pelo mundo das mercadorias lhe impuseram perde sua posição de sujeito da história e assume seu lugar enquanto objeto. Temos, com isso, uma realidade que se desenvolve numa crescente “miserabilização” do mundo representada por um contingente inconsciente de sua atuação.

Essa representação se encontra condicionada a uma agência solitária e alheia à ideia de comunidade real — ética. Esta condição, como já apresentamos, causa frustrações aos indivíduos, no seu agir no mundo, ante uma interioridade subjetiva descolada da vida concreta. Soma-se a isso a recorrência da ideia de Polanyi de que a economia (enquanto mundo das mercadorias) passa a ser a criatura “automovente” e “desenraizada”.

Pelas concepções dos processos de alienação/abstração que constituem a sociedade, pode-se dizer que o mundo encantado das mercadorias domina (por uma inversão dos

processos de representação do valor) as condições do trabalho. Ou seja, as ações práticas do indivíduo moderno se encontram determinadas pelas referências de valor que as mercadorias assumirão pelo seu preço, na forma dinheiro. O fetiche causado pelo mundo das coisas irá atribuir, abstratamente, o tempo de trabalho necessário à produção ou o valor em dinheiro da força de trabalho. Constitui-se, assim, a tese de Marx da dominação por abstração. Retornando a Polanyi, a economia então, na modernidade, irá se desenraizar das relações político-sociais para uma posterior dominação destas mesmas relações. Assim, no mundo da abstração, temos, por força do modo de produção capitalista, uma objetificação do sujeito.

As condições de alienação que o sistema capitalista impôs ao proletariado, quando da perda dos seus meios de produção e a posterior ultraespecialização setorial das frações produtivas, causou no operário um desconhecimento — portanto uma alienação — do valor do seu trabalho cristalizado às mercadorias. Toda a construção do conceito de que a valorização do trabalho se constitui a partir de uma abstração se encontra fundamentada na ideia seminal de Marx: sobre a relação de alienação que impossibilita o trabalhador de reconhecer a encarnação do seu trabalho nos produtos adquiridos pela dinâmica industrial.

O contexto aqui apresentado, relativo à abstração do indivíduo moderno, criará condições específicas que irão determinar as relações interpessoais destes indivíduos no seu espaço. O mundo dos desejos e das ações calcado na racionalidade das decisões, como previu a economia clássica, encontra-se permeado pelos afetos. A rotação deste mesmo mundo a partir do confronto entre o desejo e a necessidade dos seus indivíduos e todos os conflitos que advêm disto geram um ciclo perpétuo de frustrações na irrealização dos anseios solitários e, principalmente, no seu não reconhecimento pelo todo.

Estas experiências contínuas irrealizáveis que o estado de alienação impõe à sociedade moderna causa ressentimentos que irão se manifestar em relações de ódio de classe. Portanto, prevê-se que a sociedade do consumo, no âmbito das frustrações, poderá endossar relações autoritárias, manifestando-se em práticas violentas entre seus pares. Soma-se a esta acepção o estranhamento que se apresenta nas relações sociais no espaço, a partir da dominação do mundo das coisas, materializada nas cidades: o estranhamento se manifesta através da atuação do indivíduo em seu espaço, numa cidade convertida em lugar da mercadoria, edificada pelo trabalho alienado e abstraído de sua essência social.

Ante as aquisições aqui expostas, o debate sobre as manifestações imperiosas do modo de produção capitalista, sob o uso da violência, aguça a ideia de limite na atuação dos

desejos vorazes do capitalismo por dividendos de lucro. Embora, saibamos que estes eventos nunca são interpretados como imposição de interesses de classe, e sim como questões “normais” e da natureza humana, aqueles que se vitimizam podem, por alguma razão, se rebelar.

As insurreições como possibilidades de transgressão da história no sentido de almejar a tão sonhada liberdade, a partir da década de 1980, oscilaram entre apostar ou não no capitalismo como sistema libertário. Mas o tempo nos provou que “opção” ao capitalismo, e a sua reprodução na desigualdade, implicou numa ausência de liberdade por coerção. A “escolha” do mundo entre uma “suposta tirania” do socialismo ou uma (in)certeza de liberdade capitalista nos mostrou que a emancipação humana, pela segunda via, não logrou êxito. O Estado capitalista (e seu poder de polícia), em favorecimento de classe, fez com que aqueles que se encontram na situação de venda da sua força de trabalho sofressem as agruras da exploração como privação de liberdade.

As manifestações sociais contrárias ao sistema vigente, como revolução, apresentaram-se de diferentes formas e escalas na história do capitalismo. impregnadas pelo desejo de mudança. As insurreições se assentaram por imposições centralizadas, e, em algumas vezes, sob inspiração de ditaduras. No entanto, é notório que os movimentos sociais e políticos que amadureceram posições e estratégias de mudança na perspectiva revolucionária (e que de forma orgânica e colaborativa constituem os movimentos revolucionários) são estruturais à natureza dos levantes. O debate sobre a formação e a instituição dos movimentos revolucionários, enquanto organização política, é histórico. As diferenças entre marxistas e anarquistas, já no século XIX, lidam com as estratégias de atuação dos movimentos revolucionários nos seus aspectos verticais e horizontais.

A prática revolucionária, hoje, segundo Rodrigo Nunes (2023), deve abandonar a lógica binária (vertical x horizontal). A dissolução da ordem capitalista em momentos específicos da história pode ter sido desenhada por uma imposição da verticalização do poder com ares de tirania. A revolução bolchevique de 1917 se enquadra numa insurreição vertical, ainda que seus anseios fossem de uma póstuma horizontalização.

A organização política hoje se depara com dois eventos sintomáticos: a hegemonia imperativa do mundo neoliberal capitalista e o colapso definitivo do socialismo. Neste sentido, percebe-se que a teoria da organização precisa ser retomada, pois há uma carência de definição de formas políticas com vistas à emancipação. A crítica da crítica (recente) que envolve uma relativização da importância dos partidos, nas propostas de transição, encontram-se impregnadas do trauma binário ao qual nos referimos — portanto,

impregnadas de teorização da forma de organização. A questão da liderança é uma das questões levantadas pelos “horizontalistas”; no entanto, um dos erros dessa contestação é se imaginar sem líder. Destarte, há de se ter hierarquias entre os coletivos, por força organizada das lideranças. Essa é uma dimensão impossível de se eliminar sobre as novas gramáticas conceituais e políticas que estão por vir.

Nossa interpretação é a de que os possíveis caminhos da política e da prática revolucionária, enquanto alternativa às imposições vigentes, podem estar ligados às concepções de espaço como espaço social. Lida-se aqui com os temas da alienação, da periferia e da revolução e o universo que pode congregá-los numa perspectiva de mudança. A cidade como contexto material de expressão e de atuação das relações sociais poderá conceber orientações revolucionárias pela sua forma, principalmente se encararmos o espaço urbano como arena de lutas de classes, onde os movimentos sociais podem se propor como núcleos de resistência e de mudança, a partir de proposições alternativas de ocupação e modelagem do espaço.

É preciso ressaltar a ideia do conflito que produz limites entre alienação e revolução. Dizemos isso no sentido de pensar até que ponto o estado de alienação se sustentará no limite das relações deletérias entre as pessoas no seu espaço (ao ponto de provocar mudanças no sistema). É preciso resgatar a ideia de revolução histórica (Nunes, 2023) e as suas sobreposições às condicionantes do espaço comum (Dardot; Laval, 2016) para daí avançarmos em novas proposições.

VI. A REVOLUÇÃO PERIFÉRICA

O estado de reprodução em crise, devido às contradições do capitalismo, sustentou as cidades metropolitanas pelo mundo, admitindo polarizações socioespaciais como um retrato de sua essência. As discrepâncias no acesso à terra urbanizada são mais patentes nos países do sul global, onde a periferia do capitalismo se apresenta. É notório que muitas destas questões relacionadas à tal crise estão ligadas às condições do território, que é matéria do campo da geografia. O fato é que o movimento dialético e orgânico que sustenta a reprodução do capitalismo, nas suas máximas de aquisição do valor e acumulação de capital, também produz o desemprego, a miséria e a periferia. Desta forma, o sistema urbano capitalista dominante irá determinar as condições de existência no espaço atualizando progressivamente os modos de rentabilização dos seus ativos, principalmente aqueles ligados à terra em seus desígnios assimétricos de ocupação.

Como já exposto, o considerável contingente mundial que se encontra em condições deploráveis de vida (servindo ao capital) por conta da crise atual do trabalho favorece o sistema de exploração do proletariado empregado, possibilitando maiores taxas de “mais-valor”. Soma-se a isto a dinâmica massificada do consumo por financiamento, onde o capital portador de juros torna-se dominante. Portanto, as variações sistemáticas de flutuação das condições de vida das pessoas — seja no campo do trabalho, seja no acesso à urbanidade (como salário indireto) ou até, em linhas gerais, na relação metabólica com o meio-ambiente — tornam-se contingências por muito influenciadas pelos processos recentes que chamaremos aqui de crise do capitalismo como crise do território. As cidades e seu contingente “periferizado” em estratos diferenciais da terra urbana encontram-se como protagonistas desses processos.

Por suposto, a hipótese aqui desenvolvida aponta para a ideia da revolução periférica enquanto revolução urbana, partindo da análise de que não há mais lugares não urbanos no mundo e que estes locais acabam por refletir — pelo que vimos — as condições de se produzir lucro em estados de crise. Outra questão que pode justificar parte desta analogia se apoia no conceito de que o *design*, o corpo que estrutura as dinâmicas de uso das cidades exerce sensível influência nas relações de poder e dominância sobre o inconsciente coletivo dos seus usuários. Portanto, as questões relativas às representações que simbolizam as demonstrações de poder na sociedade, quando assumem formas concretas nas experiências urbanas, atuam na reprodução de ideologias de submissão através de falsas consciências.

CONCLUSÃO

A análise aqui proposta procurou tensionar os limites da democracia contemporânea diante do colapso das mediações institucionais tradicionais e da ascensão de novas formas de dominação e subjetivação promovidas pelo capitalismo tardio. Identificamos, ao longo do percurso, como a crise da sociedade salarial, a financeirização do território e a reconfiguração das lógicas de representação política têm produzido um novo regime de invisibilização das contradições estruturais do capital, especialmente nos territórios periféricos.

Nesse contexto, a “viriação” emerge como símbolo ambíguo da criatividade popular em meio ao abandono, revelando tanto uma potência micropolítica quanto o risco de sua captura pela lógica meritocrática do empreendedorismo de si. A democracia, por sua vez, já

não opera a partir da materialidade das condições de vida, mas sim da adesão afetiva e discursiva mediada por algoritmos e espetacularização. A política se desloca: deixa os palanques e passa a se travar em plataformas, reels, influenciadores e fluxos simbólicos que descolam a consciência de classe de seu chão histórico.

No plano espacial, mostramos como o território, enquanto categoria fundamental da reprodução social, torna-se palco da ofensiva neoliberal por meio da financeirização da cidade e da exploração diferencial da terra urbanizada. A cidade — ao mesmo tempo arena de lutas e vitrine da mercadoria — é o lugar onde o fetiche do capital se materializa e onde também podem germinar práticas revolucionárias. O “design” urbano, enquanto gramática de dominação, pode ser também veículo de desabstração do espaço e instrumento de luta simbólica contra a hegemonia do valor de troca.

A hipótese da revolução periférica, entendida aqui como revolução urbana, nos conduz à compreensão de que os processos de emancipação contemporânea não poderão se dar sem uma ruptura radical com as lógicas de propriedade, hierarquia e alienação que estruturam o espaço moderno. Para isso, propomos o cruzamento entre Paulo Freire e Henri Lefebvre como chave interpretativa: a práxis educativa e a práxis espacial unidas na tarefa de reconstruir o comum, descolonizar a subjetividade e inscrever a luta por justiça num novo léxico simbólico e político.

Por fim, se a alienação se tornou o solo subjetivo da reprodução capitalista, a desabstração do espaço e a reinvenção dos vínculos coletivos surgem como horizontes utópicos e necessários. A periferia, enquanto espaço de despossessão, pode ser também espaço de enunciação. Não apenas lugar de falta, mas lugar de invenção. O comum, portanto, não será dado: terá de ser construído — pelas mãos, pelos afetos e pelas imaginações rebeldes que ainda insistem em desejar o impossível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila. (2021). **Relatório de pesquisa**: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In: MARQUES, L. (org.). *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- CANETTIERI, Thiago. (2020). **A condição periférica**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência.
- CANETTIERI, Thiago. (2024). **Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário**. 1. ed. Belo Horizonte: Cosmópolis.
- CANGIANI, Michele. (2011). **A teoria institucional de Karl Polanyi**: a sociedade de Mercado e sua economia “desenraizada”. In: POLANYI, Karl A. *subsistência do homem e ensaios correlatos: nossa obsoleta mentalidade de mercado*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- CHAUÍ, Marilena. (1980). **O que é ideologia**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016). **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. (2011). **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp.
- FISHER, Mark. (2020). **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária.
- FREIRE, Paulo. (2023). **Pedagogia do Oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- HARVEY, David. (2018). **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo.
- HARVEY, David. (2015). **Espaços de esperança**. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HARVEY, David. (2009). **The new Imperialism**: accumulation by dispossession. Socialist Register, V40.
- LEFEBVRE, Henri. (2001). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro.
- LEFEBVRE, Henri. (2019). **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MARX, Karl. (2017). **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- MÉSZÁROS, István. (2021). **Para além do Leviatã**: crítica do Estado. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- NUNES, Rodrigo. (2023). **Nem vertical, nem horizontal**: uma teoria da organização política. São Paulo: Ubu Editora.
- OXFAM. (2023). **O 1% mais rico emite tanta poluição que aquece o planeta quanto dois terços da humanidade**. Oxfam International, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/richest-1-emit-much-planet-heating-pollution-two-thirds-humanity?utm>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- POLANYI, Karl. (2000). **A grande transformação**. As origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda.
- ROLNIK, Suely. (2006). **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do

desejo. 3. ed. São Paulo: Editora Vozes.

SAFATLE, Vladimir. (2021). **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. rev. 7. reimp. Belo Horizonte: Autêntica.

SANTOS, Milton. (2020). **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. (2000). **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

STABILE, Arthur. (2023). **Censo 2022**: imóveis desocupados representam 12 vezes a população de rua da cidade de São Paulo. G1 (São Paulo), 1 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/01/censo-2022-imoveis-desocupados-representam-12-vezes-a-populacao-de-rua-da-cidade-de-sp.ghtml>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

SWYNGEDOUW, Erik. (2018). **Globalização ou glocalização?** Redes, territórios e reescalamento. Escalas Espaciais, reescalamentos e estatalidades. Lições e desafios para a América Latina. Organização Carlos Antônio Brandão, Victor Ramiro Fernández, Luiz Cesar Queiroz Ribeiro. 1ª ed.

Elisa Nacur

Mestra em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Edson Agostinho Maciel

Mestre e doutorando em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).